

MÉRTOLA, UMA ESPERIÊNCIA DO OUTRO LADO DA FRONTEIRA

Miguel Luís Viera Rego

e

Joaquim Manuel Boiça

Implantada sobre um esporão rochoso formando uma pequena península, entre o rio Guadiana e a Ribeira de Oeiras, Mértola foi, no Sudoeste do Ocidente Peninsular, pelo menos durante quase 2000 anos, o centro de convergência de todas as antigas vias do “interland” alentejano.

Localizada a menos de 70 quilómetros do mar, Mértola tem, com o rio Guadiana, a possibilidade da comunicação com o Atlântico-Mediterrâneo, sobretudo pela facilidade com que barco de médio calado sobem esta via rápida da antiguidade.

A antiga Myrtilis Julia assume-se como um porto de escala mediterrânea, eixo fundamental nas rotas terrestres e fluviais do sul do ocidente peninsular, até à chegada dos cavaleiros de Santiago, na centúria de duzentos. Com a vitória das forças guerreiras vindas do Norte, a antiga capital taifa e fortaleza inexpugnável no século XII, vê-se amputada da sua importância fora do contexto mediterrânico em que estava integrada. A partir daí não é mais que cabeça de um termo administrativo pobre, sem terras férteis, nem homens. As rotas comerciais passavam agora pelos circuitos atlânticos, longe das margens do Guadiana.

À combra do castelo dionisíaco ou sob as muralhas e torreões desta estrutura da última década do século XIII, a antiga acrópole romana e a alcáçova islâmica, têm sido objecto de um profundo trabalho de investigação arqueológica, desde 1978.

Sob a necrópole cristã, dos séculos XIV/XVII, de onde já foram exumadas mais de 400 sepulturas, aparecem agora os restos das estruturas habitacionais de um *barrio* almoada.

A estreita e labiríntica rua; a casa e a sua relação espacial com o exterior; as paredes de alvenaria e taipa; a funcionalidade dos seus compartimentos e os elementos decorativos; a cerâmica de uso comum e os utensílios de ir à mesa; a alimentação e a micro-economia do sítio; as técnicas ornamentais e o estudo da sua relação geocultural são alguns dos vectores de análise nesta zona da vila-porto do Guadiana.

Pouco a pouco, o projecto histórico-arqueológico de Mértola, desenterra, do pó dos tempos, fragmentos de um passado, até aqui, escamoteado, e que, a historiografia oficial, conscientemente, ignora, para além de, paralelamente, abrir as portas ao estudo do quotidiano das gentes simples, longe das sedas dos palácios.

Associado ao pioneirismo, pelo menos em termos sistemáticos, do estudo da ocupação humana de um sítio com vestígios civilizacionais de época islâmica, o projecto de Mértola vai alargando a sua área de intervenção e inclusivé, tem vindo a alterar uma mentalidade para-universitária insistentemente ligada à arqueologia: a relação com o sítio deixa de ser a da sazonalidade em tempo de férias, em que a recolha do objecto é o acto fundamental da intervenção arqueológica.

Um projecto pluridisciplinar ganha raízes fora dos tentáculos do poder central, beneficiando do apoio incondicional da autarquia e oferecendo à comunidade uma leitura diacrónica do seu passado integrando-a na concretização do projecto de Mértola.

Lado a lado com a escavação funcionam vários laboratórios no Centro de Estudos Medievais e Islâmicos onde é tratado, restaurado, registado e conservado o espólio exumado das escavações, aquele que é oferecido pela comunidade ou recolhido de as Igrejas portuguesas desde há alguns anos.

Do Laboratório de Metais ao Gabinete de Desenho, do Laboratorio de Cerâmica ao de Fotografia, os técnicos locais dão continuidade ao processo inicial de escavação ou recolha.

Mas a vida do objecto não se resume ao seu papel de testemunho com objectivos unicamente científicos, muito menos ao de número Y ou Z de uma colecção. Cumprindo uma função, também ela assumidamente socio-económica, o projecto de Mértola prevê e concretiza a criação de núcleos museológicos de sítio, com uma certa preocupação pedagógica, com tal espaços simples, em que são expostas as marcas da memória colectiva.

Distribuídos por toda a vila de Mértola e, com o alargar da investigação a outras áreas científicas e noutros locais, a outras zonas do concelho, o Museu de Mértola, com os seus vários núcleos, é um motivo cada vez mais fote para a dinamização turística de uma região situada numa zona pobre, deprimida e esquecida.

Outra das vertentes do projecto de Mértola é a componente etnológica e etnográfica, com o exemplo de duas experiências-tipo: a primeira está ligada à recuperação da tecelagem tradicional com o fabrico de mantas típicas da região; a segunda, o retomar da utilização das antigas técnicas tradicionais de construção.

Marca cultural de uma região profundamente ligada à pastorícia, as mantas de lã, ditas “alentejanas”, têm na zona de Mértola, um dos últimos centros de fabrico no Alentejo/Algarve.

Com uma temática decorativa geometrizarante ligada às comunidades mediterrânicas, e tão bem documentada nos vestígios materiais da presença islâmica, em Portugal, as manta alentejanas estavam em vias de desaparecer.

O levantamento de teares e tecedeiras, e a sua publicação, efectuada em 1983/85, despoletou a realização de um curso de formação de tecedeiras e o processo de criação da Oficina-Cooperativa de Tecelagem, paralelamente, núcleo visitável do Museu de Mértola.

Nesta continuidade civilizacional que as comunidades das serranias do Alentejo e Algarve vão conservando, as técnicas de construção são também um resquício ainda vivo da cultura mediterrânica desta região.

Por entre os restos materiais levantaos nas escavações arqueológicas, as paredes da casa islâmica, em alvenaria e taipa, são paralelos ainda vivos no sul de Portugal e que, até há vinte anos, ainda eram aqui utilizadas na construção de edifícios.

O projecto de Mértola procurando reabilitar estas técnicas, perfeitamente adaptadas ao clima regional, organizou, em 1984, o Encontro de Construtores, em Barrancos, junto à fronteira a par Encinasola, procurando sensibilizar autarcas e arquitectos, para as vantagens, em termos construtivos e económicos, desta tradição.

Ali bem próximo, no Castelo de Noudar, o Projecto de Recuperação da vila de Noudar juntava mestres e pedreiros ainda familiarizados com a pedra e a tapia, a abóboda e o caniço, o tijolo massiço e a telha de meia cana.

Este projecto, neste momento em fase de execução com a construção de infraestruturas turísticas, tem também incluído o estudo da ocupação humana, do sítio.

Numa região onde os provoados mais próximos estão a 12 e 14 quilómetros, respectivamente Barrancos, em Portugal e, Valência del Mombuey, em Espanha, Noudar foi sede de concelho quase até ao século XIX.

Ocupando uma área aproximada de 12.000 metros quadrados, o perímetro amuralhado de Noudar, domina os troços finais das Ribeiras de Ardila e do Múrtega, antes de se unirem numa única linha de água, o rio Ardila, que desagua no Guadiana.

Os trabalhos arqueológicos que há aproximadamente 10 anos ali se vêm desenvolvendo testemunham a ocupação do sítio desde o Calcolítico até à primeira metade do século passado.

Com uma ocupação em época islâmica importantíssima é com a reconquista cristã que nos aparecem as primeiras referências documentais a Noudar, na doação feita por Afonso X, o rei sábio, a sua filha D. Brites quando do casamento desta com o português Afonso III.

Contudo, para a compreensão da continuidade ocupacional do sítio, das suas relações micro e macro-económicas, da sua função num território de terrenos pobres e com um relevo muito acentuado, a arqueologia precisa muito mais do que um levantamento correcto do espaço envolvente. Urgente desenvolver e aproveitar a pluridisciplinaridade na investigação em que, naturalmente, a documentação escrita tem o papel fundamental.

Os projectos de investigação que desde há uns anos a esta parte têm vindo a ser empreendidos em Mértola, assentam numa base interdisciplinar efectiva e actuante. Tornou-se claro, dado tratarem-se de projectos que incidem em espaços/cascos urbanos em que se manifestam múltiplas marcas civilizacionais de um longo e rico trajecto histórico, que seu estudo, vectorizado ou globalizante, só poderia vir a atingir resultados otimizados se, a par e passo, se promovesse o cotejo entre os dados fornecidos por diversas disciplinas científicas.

Especificamente no caso de Mértola, esta “filosofia” de actuação traduziu-se na constituição de equipas pluridisciplinares (efectivas e de prestação temporária) e tem estado presente tanto quando se trata de proceder a intervenções arqueológicas; conceber/construir e/ou adaptar um edifício a funções museológicas; recuperar e valorizar o património cultural e ambiental ou na produção científica propriamente dita, seja esta de natureza arqueológica, histórica, etnológica, antropológica, linguística, etc...

Importa de momento destacar dois pólos interactivos das experiências interdisciplinares desenvolvidas, tomando como referência as que vêm sendo desenvolvidas fundamentalmente em Mértola.

Ainda que por vezes invoquem os préstimos de um e de outro campo, arqueólogos e historiadores têm as fronteiras da sua actividade perfeitamente definidas, raras vezes as traspondo. Verdade se diga que, tanto num como

noutro caso, os instrumentos e métodos de análise de que habitualmente fazem uso não são de molde a permitir o cruzamento da informação recolhida. No entanto, nem o historiador deve descurar o que a arqueologia lhe pode revelar naquilo que o documento escrito. Esta realidade tem, é evidente, os seus limites, muito naturalmente impostos pelo tempo histórico em questão. Para as épocas tardo-medieval e moderna o “diálogo” é, contudo, não só possível como desejável.

Foi em atenção a esta premissa e também, claro está, porque a investigação em “História Local” que se pretendia empreender o exigia, que se tomou em mãos o projecto (lançado em 1988) de organizar a documentação histórica de carácter municipal (arquivo da câmara; arquivos paroquiais; arquivo da Santa Casa da Misericórdia; arquivo do Administrador do Concelho, etc.) e de pesquisar, inventariar e recolher a que se encontrava dispersa pelos principais arquivos históricos nacionais e regionais. Projecto que desde logo se apresentou, no quadro da investigação histórico-arquivística nacional, como ambicioso e pioneiro. De facto, não apenas os arquivos históricos municipais se encontravam (encontram!) habitualmente fora do eixo do interesse de historiadores, arquivistas e demais investigadores, como constituiu (na altura e ainda hoje assim permanece) tarefa inédita a de se tentar reunir, localmente, a documentação produzida ou depositada em arquivos exteriores ao município, conjunto de iniciativas que são básicas, no entanto, para que possa devidamente ser intentada uma leitura/interpretação da História com dimensão local e/ou regional. Esta tarefa tem-se revelado particularmente morosa nos arquivos nacionais, regionais e particulares, dado o elevado número dos memos (estão a ser objecto de pesquisa mais de vinte e cinco arquivos), a diversidade dos fundos documentais e, registe-se, porque são extremamente deficientes as condições de trabalho proporcionadas à consulta, porque na esmagadora maioria dos casos são rudimentares os instrumentos/elementos de busca disponibilizados e, ao acesso de serviços de apoio, porque não apetrechados de fotocopiadoras ou microfadoras!.

Paralelamente aos trabalhos de pesquisa, inventariação e organização arquivística, procedeu-se igualmente à aturada tarefa de transcrição paleográfica e, obviamente, estudo da documentação. No quadro dos que

foram já desenvolvidos ou que se encontrem em curso citem-se, enquanto exemplos demonstrativos da investigação interdisciplinar proposta, os relativos, nomeadamente, à Mesquita de Mértola (as informações de diversas fontes documentais permitiram definir, com precisão, as campanhas de obras realizadas nas duas últimas décadas do século XV e primeira metade do século XVI, que conduziram a mudanças estruturais significativas e a uma nova organização espacial); ao castelo medieval, cintura de muralhas e casco da vila (os dados documentais têm fornecido elementos preciosos sobre as obras de construção e/ou adaptação do recinto da alcáçova, onde decorrem trabalhos arqueológicos; ao entendimento do processo de estruturas da malha urbana, nomeadamente, os espaços e circuitos religiosos, comerciais, de sociabilidade, assistenciais e militares; à definição das etapas de ocupação histórica de determinadas áreas, como sejam o arrabalde, cemitérios e curvais municipais) e à carta arqueológica do concelho (prestação de informações toponímicas, microtoponímicas, mineralíferas, caminhos e rotas, formação e abandono de povoados, notícia de achados arqueológicos, etc.).

É um dado adquirido, no entanto, pois a experiência tem-o revelado, que o afinar dos mecanismos interactivos da investigação indisciplinar exige um trabalho longo e metódico pelo que, apenas a médio prazo, se poderão vir a obter resultados plenamente satisfatórios. As bases estão, porém, lançadas.